LEI Nº 6.032, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983

(Publ. "Sto. André em Notícias", 31.12.83)

REVOGADA P/ LEI 6.582/89

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis com construções residenciais (vetado) que preencham os seguintes requisitos:

a área do terreno seja igual ou inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

servam de residência aos seus proprietários ou compromissários compradores;

a área edificada seja igual ou inferior a 70m² (setenta metros quadrados);

não sejam os seus proprietários ou compromissários compradores, proprietários ou compromissários compradores de qualquer outro imóvel (vetado); e

estejam localizados fora dos Setores Fiscais de números 3 (três) e 5 (cinco).

§ 1º - Ficam excetuadas das restrições contidas na alínea "e" deste artigo as construções pertencentes ao Conjunto Habitacional do INPS, antigo IAPI, localizado na Vila Guiomar (setor 3).

§ 2º - A isenção, que deverá ser renovada anualmente, será concedida à vista das declarações do interessado, o qual, além de declarar que o imóvel preenche os requisitos de que trata o "caput" do presente artigo, declarará também que, se falsas forem as suas declarações, sujeitar-se-á, a qualquer tempo, ao lançamento do imposto em décuplo, sem prejuízo da correção monetária do valor original.

§ 3º - A isenção poderá ser requerida a qualquer tempo, atingindo, porém, apenas as parcelas do imposto que não estiverem vencidas à data da apresentação do requerimento.

§ 4º - O formulário para o requerimento será fornecido gratuitamente pela Prefeitura e nenhuma cobrança se fará sobre o requerimento.

Art. 2º - (V E T A D O)

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.